

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	15
5.4 - Programa de Integridade	16
5.5 - Alterações significativas	17

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	18
10.2 - Resultado operacional e financeiro	39
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	41
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	42
10.5 - Políticas contábeis críticas	43
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	46
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	49
10.8 - Plano de Negócios	52
10.9 - Outros fatores com influência relevante	53

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1.1 – Descrição – Riscos de Mercado

- a. As condições políticas e econômicas do Brasil e a percepção do mercado internacional das referidas condições podem afetar de forma adversa os nossos negócios e o acesso aos mercados de capitais, bem como os resultados das nossas operações e a nossa condição financeira.*

A nossa condição financeira e os resultados das nossas operações dependem da economia brasileira, uma vez que nossas atividades ocorrem exclusivamente no Brasil. O Produto Interno Bruto brasileiro (“PIB”) sofreu uma queda de 3,6% em 2016, crescimento de 1,0% em 2017 e um crescimento de 1,1% em 2018. Eventos futuros na economia poderão afetar as taxas de crescimento do país e, por conseguinte, o consumo dos nossos produtos e serviços, o que poderá impactar negativamente nossas estratégias de negócios, os resultados das nossas operações e nossa condição financeira. Adicionalmente, como nosso negócio está diretamente relacionado à performance operacional de nossos clientes, que, por conseguinte, atuam em diversos setores econômicos, poderemos ser adversamente afetados pelo desaquecimento dos referidos setores econômicos no Brasil, como por exemplo, uma possível redução da demanda nos setores de atacado e varejo ou de investimentos em infraestrutura.

Crises políticas podem contribuir para a redução no nível de confiança de investidores e da população, o que pode resultar no desaquecimento da economia e na consequente volatilidade dos valores mobiliários de companhias brasileiras negociadas no mercado externo.

Não é possível quantificar o impacto desse risco nas contas da Companhia.

- b. A instabilidade do cenário político-econômico do país poderá nos afetar adversamente, impactando negativamente os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira*

Em agosto de 2016, a então Presidente Dilma Rousseff foi afastada em caráter definitivo da Presidência da República após o julgamento de um processo de *impeachment* que tramitou na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Os momentos que antecederam o julgamento deste processo tanto na Câmara, quanto no Senado impactaram de forma significativa o mercado de capitais no Brasil.

Com o *impeachment* da ex-Presidente da República, o então ex-Vice-Presidente Michel Temer foi empossado Presidente da República.

Em 18 de maio de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) autorizou a abertura de um inquérito contra o atual Presidente da República, Michel Temer, após pedido realizado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) que continha documentos que indicavam o suposto cometimento de crimes pelo Presidente da República. A abertura do referido inquérito e a divulgação ao público de parte dos documentos que embasaram o pedido da PGR aumentaram os rumores de mercado sobre a possibilidade de abertura de processos de *impeachment* contra o atual Presidente da República. Esses acontecimentos impactaram adversamente de maneira relevante a cotação de boa parte dos valores mobiliários negociados na B3.

Em junho de 2017, o Tribunal Superior Eleitoral (“TSE”) absolveu Dilma Rousseff e Michel Temer das acusações de financiamento ilegal de campanha. Entretanto, foi apresentado recurso à referida decisão, o qual está em trâmite no STF, podendo reverter a decisão do TSE e implicar, dentre outras consequências, o afastamento do Sr. Michel Temer da Presidência da República.

Em janeiro de 2019, o Sr. Jair Bolsonaro assumiu a presidência da República após um processo eleitoral tumultuado. Com propostas de reformas previdenciárias e tributárias espera-se uma recuperação da economia para os próximos anos.

Em paralelo, a variação relevante dos índices que medem a inflação nos últimos anos, a alta da taxa de desemprego até o final de 2016, bem como os escândalos de corrupção que ganharam maior espaço na mídia contribuíram para o aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro.

A instabilidade político-econômica vivida no país impactou e poderá impactar de forma significativa o mercado de capitais no Brasil, afetando, adversamente, a cotação das ações de companhias abertas nacionais (inclusive as nossas ações). A nossa Companhia não é capaz de mensurar plenamente o impacto dos acontecimentos políticos e macroeconômicos globais e brasileiros em seus negócios.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Além disso, em virtude da atual instabilidade política, há uma incerteza substancial sobre as políticas econômicas futuras e não podemos prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e se essas políticas afetarão negativamente a economia, nossos negócios ou a nossa condição financeira.

Adicionalmente, as eleições para Presidente e Governadores no Brasil ocorrem, conjuntamente, a cada quatro anos, e as próximas eleições estão programadas para ocorrerem em 7 de outubro de 2018. Mudanças dos representantes e das políticas públicas, podem impactar de forma relevante a condução dos nossos negócios e a orientação das nossas estratégias. Caso qualquer desses fatores venha a ocorrer, poderemos ser adversamente afetados.

Não é possível quantificar o impacto desse risco nas contas da Companhia.

c. O governo brasileiro exerce influência significativa sobre a economia do país. Essa influência e ações governamentais decorrentes das condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar negativamente o mercado brasileiro e os nossos negócios.

O governo brasileiro administra a economia por meio de políticas intervencionistas de cunho monetário, fiscal, creditício e cambial, dentre outras. Nesse contexto, a ocorrência de descontrole inflacionário, oscilações cambiais relevantes, instabilidade social e outros acontecimentos políticos, econômicos e diplomáticos relevantes, assim como a maneira usada pelo governo federal para lidar com tais acontecimentos, podem afetar os nossos negócios e estratégias.

Não exercemos qualquer influência sobre as políticas ou regulamentações que o governo federal poderá adotar no futuro no gerenciamento das políticas econômicas, nem dispomos da capacidade para prevê-las. Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem certos fatores, como:

- inflação;
- políticas cambiais e monetárias;
- crescimento da economia interna;
- redução na liquidez dos mercados internos de capital e de crédito;
- taxas de juros;
- políticas fiscais e legislação tributária; e
- outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Medidas adotadas pelo governo federal ou especulação sobre ações do governo podem levar a incertezas em relação à economia brasileira e aumentar a volatilidade dos mercados de capitais domésticos, o que pode afetar negativamente nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas.

Além disso, a economia brasileira foi afetada por eventos políticos recentes, que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando o desempenho econômico brasileiro. Adicionalmente, qualquer falta de decisão do governo brasileiro para implementar mudanças em certas políticas ou regulamentos podem contribuir para a incerteza econômica dos investidores em relação ao Brasil e aumentar a volatilidade do mercado, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Não é possível quantificar o impacto desse risco nas contas da Companhia.

d. Esforços governamentais para combater a inflação poderão prejudicar o crescimento da economia brasileira e as nossas atividades.

Historicamente, a economia brasileira apresentou taxas de inflação extremamente elevadas. Isso levou o Banco Central a adotar políticas monetárias restritivas para combater a inflação, o que teve um efeito negativo significativo sobre a economia do país. Entre 2004 e 2010, a taxa básica de juros (SELIC) no Brasil apresentou variação entre 19,8% e 8,6% ao ano. Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, a taxa básica de juros ficou em 7,50%, 13,75% e 14,25%, respectivamente. Não há qualquer garantia de que eventuais aumentos em nossos custos em razão da inflação serão repassados às empresas que adquirem os produtos de nossas controladas e coligadas ou que contratam os serviços de tais sociedades, ou mesmo ao público consumidor final. A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e poderão

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

ter efeitos significativos sobre a economia do país e sobre nossas atividades. Uma maior rigidez das políticas monetárias, aliada a altas taxas de juros, poderá restringir o crescimento econômico do Brasil e, por sua vez, limitar a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais tolerantes do governo e do Banco Central do Brasil, e a redução das taxas de juros poderão desencadear aumentos na inflação, e, consequentemente, volatilidade de crescimento e a necessidade de aumentos das taxas de juros repentinos e significativos, que podem afetar negativamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Futuras medidas do governo brasileiro, incluindo redução das taxas de juros, a intervenção no mercado de câmbio e no mercado de títulos e valores mobiliários para ajustar ou fixar o valor do Real, poderão desencadear o aumento de inflação. Se o Brasil experimentar nível de inflação elevada no futuro, poderemos não ser capazes de reajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a nossa estrutura de custos, o que poderá afetar a nossa condição financeira. Além disso, na hipótese de aumento de inflação, o Governo Federal poderá optar por elevar significativamente as taxas de juros oficiais. A elevação das taxas de juros poderá impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos, como também o custo de nosso endividamento atual, vindo a causar o aumento de nossas despesas financeiras.

Não é possível quantificar o impacto desse risco nas contas da Companhia.

e. A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países pode afetar negativamente a economia brasileira e os nossos negócios.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, e especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. A reação dos investidores ao desenvolvimento demonstrado por outros países pode ter um impacto desfavorável no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, entre elas, a nossa Companhia. Crises ou políticas econômicas de outros países podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, incluindo os emitidos por nós, o que pode adversamente afetar o preço de mercado de nossas ações, podendo ainda vindo a afetar nossa capacidade de financiamento. No passado, o desenvolvimento adverso das condições econômicas nos mercados emergentes resultou em significativa retirada de recursos do país e na subsequente queda do montante de capital estrangeiro investido no Brasil. Mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumentos nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem afetar adversamente, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de nossa emissão.

Não é possível quantificar o impacto desse risco nas contas da Companhia.

f. Flutuações da taxa de juros poderão aumentar o custo das nossas dívidas, ocasionando efeitos adversos sobre nossos negócios.

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, entre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira e o nível de inflação, utilizando, especialmente, as variações nas taxas de juros como um instrumento de política monetária. Devido à natureza das nossas operações, ela está particularmente sujeita aos efeitos decorrentes da variação das taxas de juros, principalmente em razão da indexação do serviço de nossa dívida a essas taxas.

Em 31 de dezembro de 2018, a nossa dívida bruta correspondia a R\$ 42,1 milhões ou 1,02 vezes nosso patrimônio líquido e não estava diretamente atrelada a taxas de juros pós-fixadas. Não obstante, algumas operações de empréstimo contratadas por nós, possuem como referência a TJLP, que impacta indiretamente o valor do juros a pagar. Nessas operações, caso a TJLP suba a patamares superiores a 8%, o valor do juros a pagar é alterado para outro valor também pré-fixado. Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a TJLP era, respectivamente 7,0%, 7,0% e 7,5% ao ano. Aumentos significativos de consumo, inflação ou outros fatores podem ocasionar o aumento da TJLP e, por consequência, dos custos relativos ao nosso endividamento, o que poderá impactar negativamente nossa capacidade de financiar nossas operações e resultados, uma vez que podemos não ser capazes de ajustar os preços cobrados de nossos clientes para compensar o aumento dos referidos custos.

Não é possível quantificar o impacto desse risco nas contas da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

g. A instabilidade da taxa de câmbio poderá afetar nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais, resultados financeiros e perspectivas.

Nas quatro últimas décadas, o governo federal implementou diversos planos econômicos e políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes tem sido diária ou mensal) e sistemas de taxas de câmbio flutuantes. Periodicamente, houve flutuações significativas na taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas estrangeiras. Não há garantia de que o Real não apresentará desvalorização ou será desvalorizado intencionalmente em relação ao Dólar no futuro.

Desvalorizações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e levar a um aumento das taxas de câmbio, dos preços de aluguel de imóveis, dos preços de serviços e dos preços de produtos, podendo afetar de forma adversa nossos resultados operacionais. Por outro lado, a valorização do Real em relação ao Dólar pode afetar as contas correntes no Brasil e a balança de pagamentos, bem como reduzir o PIB devido ao aumento das importações. Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou valorização do Real pode afetar substancialmente e negativamente o crescimento da economia brasileira e, conseqüentemente, nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e perspectivas.

Em 31 de dezembro de 2018, cerca de R\$ 3.212 mil das nossas contas a receber de clientes eram oriundas de vendas em dólar norte americano e cerca de R\$ 1.115 mil das nossas contas a pagar a fornecedores estava lastreada na moeda norte americana. Esses valores de exposição correspondiam em 31 de dezembro de 2018 a 7,80% e 2,71% do nosso patrimônio líquido. A desvalorização do Real em face do Dólar ocasionará um aumento dos custos relativos aos nossos fornecedores e a valorização do Real em face ao Dólar ocasionará uma redução dos valores a receber de clientes, o que poderá impactar negativamente nossos resultados, uma vez que podemos não ser capazes de ajustar os preços cobrados de nossos clientes para compensar o aumento dos referidos custos.

Não é possível quantificar o impacto desse risco nas contas da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. Política de gerenciamento de riscos

Nossa Companhia não possui uma política formalizada para identificação e gerenciamento de riscos. Atualmente, entendemos que devido a sua estrutura os riscos podem ser tratados diretamente pela administração sem a necessidade, por hora, de órgão específico para tal e procedimentos formalizados.

Apesar de não haver uma política formal de gerenciamento de riscos, adotamos determinados procedimentos de modo a mantermos uma constante supervisão à nossa exposição aos riscos de mercado a que estamos expostos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Esse acompanhamento cabe diretamente ao nosso Diretor Presidente que se reporta periodicamente ao nosso Conselho de Administração.

b. Objetivos e estratégias da política

I. Riscos para os quais se busca proteção;

Apesar de não possuírmos uma política de gerenciamento de risco formalizada, através de determinadas normas, códigos e políticas, em especial, buscamos obter proteção para os riscos identificados no item 4.1 deste Formulário de Referência que possam oferecer impactos negativos aos objetivos traçados por nossa administração, que se dividem em:

- Riscos estratégicos que podem impedir ou afetar o atingimento das nossas decisões estratégicas para os objetivos do nosso negócio e definidas em nosso planejamento estratégico;
- Riscos operacionais que envolvam a operação, sistemas de informação, processos, controles internos, clientes, receitas e outros ativos que podem implicar perdas financeiras, danos de reputação e imagem, declínio de nosso resultado, dentre outros;
- Riscos financeiros decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros;
- Riscos Jurídicos causados por processos em aberto ou processos futuros podem resultar em perda financeira e prejudicar a imagem e a reputação de nossa Companhia;
- Riscos de Compliance causados pela falha no cumprimento das leis, regras, regulamentos e políticas internas de ética e conduta podem implicar perda financeira ou de reputação e imagem de nossa Companhia;
- Riscos de Crédito causado pela falha de um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados por clientes do varejo e por aplicações financeiras; e
- Riscos de Liquidez que é o risco de que possamos encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com nossos passivos financeiros de curto prazo.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção;

Nossa Companhia preza pela eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos e estabelece diversas normas, códigos e políticas para desenvolver e monitorar essas funções, conforme exercidas por nossos gestores e colaboradores. Nossas principais áreas e departamentos envolvidos no gerenciamento de riscos e controle são:

O Departamento Jurídico, coordenando ações judiciais e nos assessorando em questões legais, a fim de mitigar os possíveis riscos que possam nos afetar através da revisão dos contratos firmados, além do acompanhamento das ações junto aos escritórios externos para prevenir os riscos de perdas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

de prazos e outras possíveis falhas jurídicas.

A área de Controladoria zela por nossa integridade, bem como pela precisão de nossos registros financeiros de acordo com as normas aplicáveis. As informações geradas são revisadas periodicamente, por equipe interna, a fim de garantir a segurança das informações. Durante o processo de auditoria realizado pela auditoria externa, qualquer deficiência encontrada é reportada à nossa administração, e qualquer deficiência significativa é descrita neste Formulário de Referência.

A gerência de redes e parte do departamento de Tecnologia da informação são responsáveis pela segurança da informação de nossa Companhia e se utiliza tanto de normas e políticas quanto de softwares de terceiros para impedir que informações estratégicas sejam acessadas por entidades externas e para garantir a confiabilidade dos nossos dados.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da nossa Companhia caracteriza-se de forma que, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia são os órgãos responsáveis por analisar e acompanhar riscos, bem como propor e implementar ações capazes de mitigar eventuais problemas decorrentes do gerenciamento de riscos.

Apesar de não possuímos um órgão formal de gerenciamento de riscos, todas as áreas de nossa Companhia são regidas por normas, políticas e procedimentos que garantem que cada área seja responsável por gerir os próprios riscos, como, por exemplo:

Cumprimento de nossos objetivos de crescimento

Mensalmente os resultados da empresa são acompanhados pela administração, que avalia o cumprimento das metas de receitas e despesas comparado com o orçamento e plano estratégico de nossa Companhia. Caso apresente desvios são tomadas medidas com o objetivo de atingir os resultados esperados.

Aumento na estrutura de custos

Mensalmente os resultados de custos são acompanhados, sendo avaliados as variações no custo de aquisição de insumos e produtividade da mão de obra. Os resultados são comparados com as metas definidas em nosso orçamento e planejamento estratégico. Caso apresente desvios são tomadas medidas com o objetivo de atingir os resultados esperados.

Variação no preço das commodities

Os insumos mais relevantes no processo indústria é o aço inoxidável. O preço dessa *commodity* é acompanhado semanalmente pelo nosso departamento de compras e apresentado mensalmente a nossa administração. Não temos poder de negociação com nosso fornecedor que impeça o aumento de preços, ficando sujeitos ao repasse nos custos. Para mitigar os impactos buscamos sempre que a taxa de câmbio for favorável a importação direta desse insumo. Outra medida tomada são os aumentos de preços de nossos produtos. Embora possamos ter dificuldades de reajustes nos preços devido à concorrência, vale lembrar que o aumento no custo das *commodities* afeta nossos competidores em igual medida, obrigando-os a medidas similares de reajustes de preços.

Desenvolvimento de Produtos

O lançamento de novos produtos e aprimoramento dos produtos por nós comercializados atualmente é primordial para a perpetuidade da empresa. Dessa forma os projetos em andamento no setor de Pesquisa e Desenvolvimento são acompanhados mensalmente frente ao cronograma de atividades estipulado. Caso apresente desvios são tomadas medidas com o objetivo de atingir os resultados esperados.

Adicionalmente as decisões sobre os projetos desenvolvidos e o acompanhamento dos mesmos é realizado por um comitê multidepartamental, composto por membros da área comercial, industrial, pesquisa e desenvolvimento e alta diretoria. Este comitê tem a função de orientar e direcionar os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

realizados pela empresa, bem como acompanhar o seu desenvolvimento.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

Nossa administração analisa constantemente nossa estrutura operacional e de controles internos, e entendemos que as práticas e procedimentos de controle que adotamos são adequados para nossa estrutura operacional.

Os riscos de mercado a que a Companhia está exposta foram indicados nos itens 4.1 e 4.2 deste formulário de referência. A Companhia apresenta abaixo as informações requeridas pelo item 5.2 do Anexo 24 da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, com relação aos riscos de mercado indicados nos itens 4.1 e 4.2.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Em relação aos riscos indicados no item 4.2**

Os riscos de mercado a que a Companhia está exposta foram indicados nos itens 4.1 e 4.2 deste formulário de referência. A Companhia apresenta abaixo as informações requeridas pelo item 5.2 do Anexo 24 da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, com relação aos riscos de mercado indicados nos itens 4.1 e 4.2.

a. Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado;

Nossa Companhia não possui uma política formalizada para identificação e gerenciamento de riscos. Atualmente, entendemos que devido a nossa estrutura, os riscos podem ser tratados diretamente pela administração, sem a necessidade por hora de órgão específico para tal e procedimentos formalizados.

Apesar de não haver uma política formal de gerenciamento de riscos de mercado, adotamos determinados procedimentos de modo a mantermos uma constante supervisão à nossa exposição aos riscos de mercado a que estamos expostos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Esse acompanhamento cabe diretamente ao nosso Diretor Presidente que se reporta periodicamente ao nosso Conselho de Administração.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de risco de mercado

Apesar de não haver uma política formal de gerenciamento de riscos de mercado, adotamos determinados procedimentos de modo a mantermos uma constante supervisão à nossa exposição aos riscos de mercado a que estamos expostos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Esse acompanhamento cabe diretamente ao nosso Diretor Presidente que se reporta periodicamente ao nosso Conselho de Administração.

- (i) **Riscos de mercado para os quais se busca proteção;**
- (ii) **Estratégia de proteção patrimonial;**

Dentre os riscos descritos no item 4.2, os que requerem acompanhamento periódico dos riscos a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de sofrermos perdas decorrentes de inadimplência de nossas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigarmos esses riscos, nós e nossas controladas adotamos como prática a análise das situações financeira e patrimonial de nossas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

No que tange às instituições financeiras, somente realizamos operações com instituições financeiras consideradas de baixo risco.

Risco de preço dos produtos vendidos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos prestados por nós, os quais podem provocar alterações nas nossas receitas. Para mitigar esses riscos, monitoramos permanentemente essas oscilações.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de sofrermos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre nossos ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, buscamos diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de taxas de câmbio

Decorre de a possibilidade de oscilações das taxas de câmbio influenciarem nosso resultado e nosso fluxo de caixa quando contratamos operações em moeda estrangeira. Avaliamos permanentemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Decorre da escolha feita por nós entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros para financiar nossas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, monitoramos permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

(iii) Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (*hedge*);

Em 31 de dezembro de 2018, nossa Companhia também registrava no balanço operações de hedge (swap cambial) no montante de R\$630 mil, o que representava 1,52% do nosso patrimônio líquido.

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

Quanto ao risco de taxas de juros, buscamos sempre diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Quanto ao risco de estrutura de capital, em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para evitar oscilações do custo financeiro das operações

Para os demais riscos, a nossa administração mantém acompanhamento periódico de nossa exposição e toma as medidas que julgar adequadas.

(v) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

Não contratamos instrumentos financeiros com objetivos diversos da proteção patrimonial (*hedge*).

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Apesar de não haver uma política formal de gerenciamento de riscos de mercado, adotamos determinados procedimentos de modo a mantermos uma constante supervisão à nossa exposição aos riscos de mercado a que estamos expostos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Esse acompanhamento cabe diretamente ao nosso Diretor Presidente que se reporta periodicamente ao nosso Conselho de Administração.

c. Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Nossa administração analisa constantemente nossa estrutura operacional e de controles internos, e entendemos que as práticas e procedimentos de controle que adotamos são adequados para nossa estrutura operacional.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras;**

Inicialmente, destacamos que em 31 de dezembro de 2017, incorporamos a Prática Participações, nos termos e condições da Incorporação. A Incorporação foi aprovada por meio da realização de Assembleia Geral Extraordinária de ambas companhias em 31 de dezembro de 2017. Sendo assim, nos termos dos arts. 224 a 227 e 264 da Lei das Sociedades por Ações, a Prática Participações foi extinta, e nossa Companhia sucedeu a Incorporada em todos seus bens, direitos e obrigações, dentre outras consequências. Para mais informações sobre a Incorporação, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

- a. Principais práticas de controles internos para a elaboração das demonstrações financeiras**
- b. Estrutura Organizacional envolvida**

As demonstrações contábeis individuais de nossa Companhia e de nossas controladas são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Para garantir a correta adoção dos procedimentos contábeis dispomos de um departamento de contabilidade interno que avalia todos os lançamentos contábeis e dá a tratativa correta para cada operação realizada. Ainda, nossa Companhia conta com um departamento de controladoria que tem a função de auditar os procedimentos realizados de forma a garantir o cumprimento das normas contábeis em vigor.

Adicionalmente, as demonstrações contábeis são subordinadas a Auditoria Externa Independente, formada por profissionais especializados que revisão os números apresentados verificando sua adequação as normas vigentes.

- c. Supervisão dos controles internos pela administração**

O acompanhamento dos controles internos é acompanhado por nosso Conselho de Administração, na figura de seu Presidente, que analisa as recomendações emitidas pela área de controladoria e pelos auditores independentes.

- d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos levantados pelos Auditores Independentes**
- e. Comentários dos Diretores¹**

A auditoria externa também é responsável pela validação dos procedimentos de controle internos estabelecidos. Essa auditoria tem o intuito de: (i) aumentar o grau de controle administrativo e gerencial; (ii) alertar os administradores sobre aspectos relacionados com os sistemas de controle interno adotados; (iii) aprimorar controles interno existentes e oferecer maior segurança aos administradores; e (iv) aumentar a eficiência administrativa.

No relatório realizado em 2018 foram levantados os seguintes pontos de recomendação que apresentamos abaixo com as notas da administração:

i. Financeiro

Ausência de integração de devolução de entrega futura

Administração: Atualmente o controle de entrega de remessa futura é sistematizado e integrado no sistema ERP e as amarrações garantem que os controles fiscais e financeiros sejam feitos adequadamente.

ii. Contábil

Controle manual de empréstimos financeiros

Administração: O controle dos empréstimos é feito hoje pela contabilidade via planilha de Excel. Devido ao baixo volume de contratos (cerca de 20 contratos vigentes) nossa Companhia não identificou como viável a integração no sistema ERP devido ao trabalho dispendido e o custo envolvido. Os arquivos estão salvos no servidor da empresa e são feitos *backups* diários. Os saldos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

contábeis são verificados com os estratos bancários de forma a garantir que estejam corretos.

Lançamento manual para apuração de custos

Administração: Hoje cerca de 90% do sistema de custeio está integrado com a contabilidade no sistema EPR. As diferenças identificadas estão sendo corrigidas e os acertos manuais estão diminuindo com o aprimoramento do sistema.

Ausência de evidência da revisão das conciliações contábeis

Administração: As contas contábeis são conciliadas mensalmente. Para documentar que as conciliações foram realizadas será criado um *check-list* onde poderá ser verificado a pessoa responsável pela conferência e a data da realização.

iii. Compras

Ausência de controle de fluxo de caixa para compra de materiais não estocáveis

Administração: Em avaliação a implantação do módulo do ERP de controle orçamentário, que possibilita travas ao colocar pedidos alertando os gestores sobre o controle de seus gastos.

Ausência de controle preventivo de gastos

Administração: Em avaliação a implantação do módulo do ERP de controle orçamentário, que possibilita travas ao colocar pedidos alertando os gestores sobre o controle de seus gastos.

iv. Recursos Humanos

Ausência de formulário de desligamento

Administração: Será criado e implementado Política de RH onde estejam bem definidos os processos de admissão, movimentação e demissão. E contenha os formulários devidos para cada processo.

Ausência formal de conciliação da folha de pagamento

Administração: Este procedimento será implementado em conjunto com o *check-list* da Contabilidade.

Ausência de solicitação/aprovação de jornada extra de trabalho

Administração: As horas extras são solicitadas e aprovadas via sistema ERP. Como forma de corrigir o desvio identificado será reforçado o treinamento com os gestores.

Possibilidade de caracterização de vínculo empregatício de PJ

Administração: A administração tem conhecimento do fato, mas entende ser um risco pequeno de reclamação trabalhista pelo funcionário já trabalhar neste regime há vários anos em outras empresas.

Processo formal de comunicação de desligamento

Administração: Hoje é feito um comunicado formal para as áreas de TI, segurança, e portaria e está incluído no *check-list* de desligamento do RH.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas adotadas pela Companhia, voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Atendemos às legislações existentes que envolvem a administração pública e adotamos outros instrumentos como forma de proteção para nossa Companhia. Além disso, nossas relações com o Governo e autoridades públicas baseiam-se na transparência, e nos termos de nosso Código de Ética, todos nossos administradores, funcionários, prestadores de serviços e demais pessoas e entidades com quem nos relacionamos (“Colaboradores”) devem se manter atualizados sobre as leis e regras vigentes. Além disso, também orientamos nossos Colaboradores a não receber, oferecer ou entregar, de forma direta ou indireta, favores ou doações a funcionários públicos, governantes ou entidades governamentais, e os Colaboradores se comprometem a aplicar e zelar pelas diretrizes do Código de Ética.

Nossos Colaboradores têm ciência da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada (“Lei Anticorrupção”) que introduziu o conceito de responsabilidade objetiva, no âmbito administrativo e civil, para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas.

Nossa Companhia não possui periodicidade pré-determinada para a atualização dos documentos acima mencionados, contudo, a depender da identificação de novos procedimentos e mecanismos que os tornem mais efetivos, caberá à nossa Diretoria realizar as alterações mapeadas.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Nossa Companhia não possui uma estrutura organizacional específica para o monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade. Entretanto, nosso Diretor Presidente monitora esses procedimentos e reporta quaisquer movimentos não usuais ao Conselho de Administração. Adicionalmente, estudamos a possibilidade de implementação de um programa de compliance

iii. Se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado

- Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrangem também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

O nosso Código de Ética se aplica a todos os administradores e colaboradores da Companhia, incluindo empregados, fornecedores e prestadores de serviços.

- Se é com frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Nossos colaboradores são treinados com relação ao código de ética quando da realização da integração na Companhia. A reciclagem do treinamento ocorre esporadicamente e anualmente todos os colaboradores fazem reciclagem a cerca do código de ética.

- *As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

O desrespeito ao nosso Código de Conduta levará à abertura de sindicância administrativa para averiguação de possíveis irregularidades e poderá sujeitar os Colaboradores a medidas disciplinares, as quais incluem advertência, suspensão, demissão por justa causa e demais penalidades previstas na legislação trabalhista, independentemente de outras ações que a Companhia possa adotar, conforme previsto no item V.2 do Código de Ética.

- *Órgão que aprovou o código, data de aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

Nosso Código de Conduta de Ética (“Código de Ética”) foi aprovado em 26 de abril de 2018, pelo nosso Conselho de Administração. A minuta do nosso Código de Ética poderá ser consultada no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no nosso site de relações com investidores (<http://ri.praticafornos.com.br/>).

Atendemos às legislações existentes que envolvem a administração pública e adotamos outros instrumentos como forma de proteção para nossa Companhia. Além disso, nossas relações com o Governo e autoridades públicas baseiam-se na transparência, e nos termos de nosso Código de Ética, todos nossos administradores, funcionários, prestadores de serviços e demais pessoas e entidades com quem nos relacionamos (“Colaboradores”) devem se manter atualizados sobre as leis e regras vigentes. Além disso, também orientamos nossos Colaboradores a não receber, oferecer ou entregar, de forma direta ou indireta, favores ou doações a funcionários públicos, governantes ou entidades governamentais, e os Colaboradores se comprometem a aplicar e zelar pelas diretrizes do Código de Ética.

Nossos Colaboradores têm ciência da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada (“Lei Anticorrupção”) que introduziu o conceito de responsabilidade objetiva, no âmbito administrativo e civil, para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas.

b. canal de denúncia da Companhia, indicando, em caso positivo

- *Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*
- *Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*
- *Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé*
- *Órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias*

É facultado aos nossos Colaboradores fazer denúncias de fatos que tenham violado o nosso Código de Ética através de via que não obriga a identificação do denunciante. Passamos a facultar a nossos Colaboradores o uso do endereço eletrônico ouvidoria@praticabr.com, para tratar, inclusive, questões éticas.

De modo a resolver questões internas de conduta, disponibilizamos aos nossos Colaboradores uma caixa de comunicação onde podem ser registradas sugestões, reclamações e/ou denúncias, com identificação opcional. Os registros dessa entrada são coletados semanalmente pelo setor de Recursos Humanos e compartilhados com os diretores para que sejam apurados e tratados.

Para sugestões, reclamações e/ou denúncias:

- E-mail: ouvidoria@praticabr.com

c. procedimentos adotados pela Companhia em processos de fusão, aquisição e reestruturações

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Nós observamos todos procedimentos estabelecidos na legislação e regulamentação societária aplicável, quando da realização de processos de fusão, aquisição e reestruturação societária envolvendo a nossa Companhia. Adicionalmente, adotamos práticas de governança corporativa recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

d. caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui um Código de Ética voltado para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais nossa Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Valor Justo

Diversas de nossas políticas e divulgações contábeis exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, para os instrumentos financeiros de “Empréstimos recebíveis” e “Passivos financeiros a custo amortizado” que são registrados pelo método de custo amortizado e que abrangem principalmente “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber de clientes”, “Partes relacionadas”, “Outros créditos”, “Empréstimos e financiamentos”, “Fornecedores”, “Partes relacionadas” e “Outras contas a pagar”, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e, conforme item 29 do Pronunciamento Técnico CPC 40 – Instrumentos financeiros, para estes casos, a divulgação de valor justo não é exigida.

Seguros

Adotamos a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza de nossa atividade, e a opinião dos nossos assessores de seguros.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de responsabilidade civil e, riscos patrimoniais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houveram alterações significativas nos últimos 3 exercícios

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2018, 2017 e 2016. Todas as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normais contábeis aplicáveis à nossa Companhia nos respectivos exercícios, sendo que as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e também de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP).

Em 31 de dezembro de 2017, incorporamos a Prática Participações S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.747.021/0001-29 (“Incorporada” ou “Prática Participações”), nos termos e condições do “Protocolo e Justificação de Incorporação da Prática Participações S.A. pela Prática Klimaquip Indústria e Comércio S.A.”, celebrado entre os administradores da Incorporada e de nossa Companhia – enquanto subsidiária - em 31 de dezembro de 2017 (“Incorporação”).

A Incorporação foi aprovada por meio da realização de Assembleia Geral Extraordinária de ambas companhias em 31 de dezembro de 2017. Sendo assim, nos termos dos arts. 224 a 227 e 264 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), a Incorporada foi extinta, e nossa Companhia sucedeu a Incorporada em todos seus bens, direitos e obrigações, dentre outras consequências.

Dessa forma, as informações abaixo consideram a implementação da Incorporação em 31 de dezembro de 2017. Para uma melhor compreensão sobre a evolução de nossa situação financeira e patrimonial indicamos no item 10.9 deste Formulário de Referência informações financeiras consolidadas da Prática Participações, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 comparadas às nossas informações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

As informações constantes nesta seção 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis em nosso site (<http://ri.praticafornos.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão geral

Somos um grupo que atua no setor industrial com a fabricação de fornos e equipamentos voltados para os mercados de panificação e gastronômico sob as marcas “Prática Technipan” e “Prática Technicook”, bem como na produção de equipamentos para conservação e congelamento de alimentos sob a marca “Klimaquip”, visando o abastecimento tanto do mercado interno, quanto do mercado internacional. Além destes, distribuímos marcas com produtos que completam nossa oferta ao mercado.

Temos como missão levar qualidade e produtividade ao ambiente de preparo de alimentos. Entendendo que este mercado de serviços de alimentação busca produtividade, segurança, eficiência energética e redução de custos, oferecemos equipamentos confiáveis e com tecnologia de ponta para preparo, conservação e transporte de alimentos. Acreditamos que estar próximos aos nossos clientes, conhecendo suas necessidades e os apoiando com soluções integradas e uma completa rede de suporte pré e pós-venda.

Fato importante ocorrido em 2015 foi a criação da subsidiária Pratica Products Inc., sediada em Austin, Estado do Texas nos Estados Unidos. Essa sociedade tem como atribuições a distribuição e comercialização de equipamentos no mercado norte americano, sendo parte do projeto de internacionalização da Companhia.

Nossa atuação é pautada no princípio da qualidade total, fabricando produtos robustos e de acabamento cuidadoso, com foco em eficiência energética, tecnologia e automação de processos em ambientes de preparo de alimentos. Como fruto de nossos esforços voltados à qualidade de nossos produtos, contamos com certificações de reconhecimento internacional, tais como NSF, *National Science Foundation*, UL, *Underwriters Laboratories*, e ISO 9001, e também com prêmios de reconhecimento nacional, como o Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho recebido em 2012 e o Prêmio Mineiro de Qualidade em 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração pela nossa administração na condução de nossos negócios:

	Exercício social encerrado em			Variações horizontais	
	2018	2017	2016	2018 x 2017	2017 x 2016
	(em R\$ mil)			(em %)	
Receita líquida de vendas	111.567	95.646	58.298	16,65%	64,06%
EBITDA ⁽¹⁾	14.224	15.488	9.852	-8,16%	57,21%
Margem EBITDA ⁽²⁾	12,74%	16,19%	16,90%	-21,31%	-4,20%
Lucro bruto	49.412	44.702	27.203	10,54%	64,33%
Lucro líquido	5.773	7.552	4.042	-23,56%	86,84%
Margem Líquida ⁽³⁾	5,17%	7,90%	6,93%	-34,56%	14,00%
Patrimônio Líquido	41.182	45.599	36.238	-9,69%	25,83%
Dívida Bruta ⁽⁴⁾	42.058	22.167	18.834	89,73%	17,70%
Curto prazo	13.765	13.269	8.872	3,74%	49,56%
Longo prazo	28.293	8.898	9.962	217,97%	-10,68%

- ⁽¹⁾ O EBITDA consiste no resultado líquido do exercício, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda, da contribuição social e das depreciações e amortizações. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador de desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. O EBITDA é utilizado pela Companhia como indicador de seu desempenho operacional. A Companhia entende que esse indicador é apropriado para uma melhor compreensão do seu desempenho financeiro, bem como da sua capacidade de cumprir com obrigações passivas e obter recursos para arcar com suas despesas de capital e de capital de giro, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às suas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis como a depreciação e a amortização. Ademais, a Companhia acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias. Entretanto, esse indicador não reflete a real geração de caixa da Companhia e não deve ser usado como tal. Para uma reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.
- ⁽²⁾ EBITDA do exercício dividido pela receita operacional líquida do exercício.
- ⁽³⁾ Lucro líquido do exercício dividido pela receita operacional líquida do exercício.
- ⁽⁴⁾ A Dívida Bruta corresponde às dívidas financeiras da Companhia (empréstimos e financiamentos) de curto e longo prazo.

No que tange as nossas principais condições patrimoniais, destacamos os indicadores de dívida líquida, índice de liquidez corrente e patrimônio líquido, cuja evolução é acompanhada por nossa administração.

Nossa dívida líquida é calculada pelos nossos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos após a dedução dos valores mantidos no caixa e equivalentes de caixa. A tabela a seguir apresenta o comportamento deste indicador nos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015:

Indicadores financeiros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
	(em R\$ mil)		
Empréstimos e financiamentos Curto prazo	13.765	13.269	8.872
Empréstimos e financiamentos Longo prazo	28.293	8.898	9.962
Dívida Bruta	42.058	22.167	18.834
(-) Caixa e equivalente de caixa	7.386	4.118	6.465
Dívida Líquida	34.672	18.049	12.369

O aumento da dívida líquida entre os anos de 2017 e 2018 no montante de R\$ 16.623 ou 92,10% decorreu do resgate das ações de propriedade da acionista MNF Capital ocorrido em 31 de agosto de 2018, e maior necessidade

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de capital de giro.

O índice de liquidez corrente é calculado pela divisão do nosso ativo circulante pelo nosso passivo circulante. Nossos índices de liquidez para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 estão apresentados na tabela a seguir:

Indicadores financeiros	Em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
	(em R\$ mil)		
Ativo Circulante	65.046	50.317	41.873
Passivo Circulante	37.464	36.588	27.814
Índice de liquidez corrente	1,74	1,37	1,50

Com relação ao nosso patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2018 o valor consolidado foi de R\$ 41,2 milhões, comparado a R\$45,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$36,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação positiva entre os períodos de 2016 e 2017 é explicada, principalmente, pela incorporação reversa da Prática Participações S.A. ocorrida em 31 de dezembro de 2017. Enquanto a variação negativa entre os anos de 2017 e 2018 é resultado do resgate das ações de propriedade da acionista MNF Capital ocorrida em 31 de agosto de 2018, para o resgate foram utilizados recursos existentes em contas no Patrimônio Líquido, sendo as ações resgatadas canceladas após a aquisição.

b) Estrutura de capital

A nossa Companhia entende que a sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2018, nosso patrimônio líquido era de R\$41,2 milhões, comparado a R\$45,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$36,2 milhões em 31 de dezembro de 2016.

	Em 31 de dezembro de					
	2018		2017		2016	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	(%)
Patrimônio Líquido	41.182	37,81%	45.599	49,01%	10.186	51,10%
Passivo total	67.740	62,19%	47.443	50,99%	9.744	48,90%
Total	108.922	100,0%	93.042	100,0%	19.930	100,0%

Nossa administração acompanha constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação ótima que propicie maior retorno ao capital investido por nossos acionistas sem depreciação de nossa liquidez, buscando assim a sustentabilidade de nosso negócio no longo prazo.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossa administração acredita que possuímos capacidade de pagamento de todos os nossos compromissos financeiros de curto e longo prazo. Esta situação tem sido estável ao longo dos anos como atestam nossos índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do nosso ativo circulante pelo passivo circulante) e de endividamento (calculado pela divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa – pelo EBITDA dos últimos 12 meses).

Acreditamos que a manutenção da nossa saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos nossos ativos que visa a maximizar o giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos buscando não ultrapassar os padrões de endividamento previstos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais, temos utilizado recursos de nossos acionistas por meio de retenção de lucros, nossa geração de caixa próprio e, principalmente, empréstimos contratados junto a instituições financeiras para financiar as nossas necessidades de capital.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, nossas operações proporcionaram uma geração de caixa líquido de R\$1,75 milhão, R\$5,17 milhões e R\$9,92 milhões, respectivamente, enquanto nossas atividades de financiamento foram responsáveis por uma geração de caixa líquido nos mesmos períodos de R\$14,14 milhões, -R\$1,77 milhões e R\$8,22 milhões.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recurso para as nossas necessidades de capital que pretendemos utilizar no curso regular dos nossos negócios são o nosso caixa operacional e empréstimos e financiamentos, sem prejuízo de recursos que possam vir a ser obtidos no mercado de capitais. Acreditamos que essas disponibilidades são suficientes para atender as nossas necessidades regulares de capital. Acreditamos ter acesso rápido a linhas de crédito, considerando os bons índices de avaliação junto a instituições financeiras, caso haja descasamento entre essas disponibilidades e as nossas obrigações vincendas no curto prazo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dos nossos empréstimos e financiamentos era de R\$42.058 milhões (R\$22,17 milhões, R\$18,83 milhões em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente). Nossa dívida líquida é calculada pela soma dos nossos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa, e totalizou R\$34,67 milhões em 31 de dezembro de 2018 (R\$18,05 milhões e R\$12,38 milhões em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente).

As principais características da nossa dívida líquida, com base em nossas demonstrações financeiras consolidadas, estão indicadas na tabela abaixo (em mil R\$):

Modalidade	Moeda	Indexador	2018	2017	2016
Capital de giro	Reais	Pré fixada	32.940	10.810	12.402
Finame máquinas	Reais	Pré fixada		0	0
Finame PSI	Reais	Pré fixada		0	0
Financiamento de ativo imobilizado (c)	Reais	Pré fixada	8.841	10.912	6.234
Financiamento com cartão de crédito	Reais	Pré fixada	277	445	198
CCB	Reais			0	0
Consórcio	Reais			0	0
Parte relacionada (vide nota 12)				0	0
Juros a apropriar				0	0
Dívida Bruta			42.058	22.167	18.834
Caixa e Equivalente de caixa			7.386	4.118	6.465
Dívida Líquida			34.672	18.049	12.369

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos nossos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018:

Vencimento					
2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
(em R\$ mil)					
13.765	10.737	8.925	6.688	1.943	42.058

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimos para Capital de giro

Em 31 de dezembro de 2018, tínhamos 12 contratos de financiamento para capital de giro, que se caracterizam

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

como operações com taxas de juros pré-fixadas. Os contratos têm vigência variada de 24 a 48 meses, com pagamento de juros e amortização do principal da dívida que variam entre 18 e 42 meses. Os contratos contam com carência de 3 a 18 meses. Em 31 de dezembro de 2018, as taxas de juros pré-fixadas dos nossos contratos, nesta modalidade de financiamento, variavam de 8% a 19% ao ano. Nossas obrigações nestes contratos são garantidas por avais prestados por acionistas controladores, bem como por garantia de imóveis, equipamentos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto desses contratos era de R\$ 10,8 milhões. Os contratos mais relevantes são:

- Banco do Brasil – Nota de crédito à Exportação – BNDES PSI - com um valor tomado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 1,6 milhão, garantido por avais prestados por nossos acionistas controladores; e
- Banco Santander – 4131- com um valor tomado em 31 de dezembro de 2017 de R\$1,8 milhão, garantido por avais por nossos acionistas controladores.

Empréstimos para Financiamento de ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2017, tínhamos 31 contratos de financiamento para financiamento de ativo imobilizado, que se caracterizam como operações com taxas de juros pré-fixadas. Os contratos têm vigência variada de 36 a 96 meses, com pagamentos de juros e amortização do principal da dívida que variam entre 36 e 72 meses. Os contratos contam com carência de 6 a 24 meses. Em 31 de dezembro de 2017, as taxas de juros pré-fixadas dos nossos contratos nesta modalidade de financiamento variavam de 4% a 17,82% ao ano. Nossas obrigações nestes contratos são garantidas em propriedade fiduciária aos bens vinculados a cada aquisição, além de garantia de terreno e imóvel, e ainda, por avais prestados por acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto desses contratos era de R\$ 10,9 milhões. Os contratos mais relevantes são:

- BDMG –FINAME - com um valor tomado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 3.051 mil, garantido propriedade fiduciária dos bens adquiridos;
- BDMG (16 contratos) - com um valor tomado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 6,9 milhões, garantido pelos equipamentos objeto do contrato, a modalidade deste financiamento é FINAME fabricante; e
- BNDES (2 contratos) – com um valor tomado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 1,9 milhão, garantido pelo prédio.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, não possuíamos quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas em nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nossos contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo alienação fiduciária de ativos nos contratos das operações de FINAME/PSI e *Leasing*, notas promissórias e aval prestado por acionistas controladores.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirográfica e não há subordinação entre elas.

Em caso de eventual concurso de credores, as obrigações classificadas em nosso passivo de natureza trabalhista e tributária possuem preferência em relação às dívidas quirográficas, nos termos da Lei 11.101/2005.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Alguns de nossos contratos de financiamento contêm cláusulas que nos sujeitem a condições restritivas quanto a distribuição de dividendos e manutenção de índices financeiros mínimos. Além disso, em alguns contratos existem cláusulas de vencimento antecipado atreladas à ocorrência de mudanças ou transferência do controle societário de nossa Companhia, bem como incorporação, fusão ou cisão. Até 31 de dezembro de 2018 observamos todas as obrigações a nós impostas no âmbito dos contratos financeiros de que somos partes.

g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Não possuíamos, em 31 de dezembro de 2017, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis para utilização.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2018, 2017 e 2016. Todas as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normais contábeis aplicáveis à nossa Companhia nos respectivos exercícios, sendo que as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e também de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP). Para uma melhor compreensão sobre a evolução de nossa situação financeira e patrimonial, indicamos no item 10.9 deste Formulário de Referência informações financeiras consolidadas da Prática Participações S.A. (sociedade por nós incorporada em 31 de dezembro de 2017) referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 comparadas às nossas informações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Demonstrações de Resultado

Apresentação das principais contas das nossas demonstrações de resultados

Receita operacional de vendas

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para nós, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda interestadual, a transferência normalmente ocorre no momento do carregamento das mercadorias no transportador dentro da nossa fábrica. Para as vendas estaduais, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente ou no momento do carregamento das mercadorias no transportador. Via de regra, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos.

Custos dos produtos vendidos

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados são compostos de (i) matérias-primas e outros materiais usados e consumidos na produção; (ii) fretes de matérias primas; (iii) outros custos industriais, incluindo depreciação, custo de mão de obra, serviços de terceiros, entre outros.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente descontos obtidos e juros recebidos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivo. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros passivos, descontos concedidos e tarifas bancárias.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Participações sobre o lucro

Nossa política de remuneração de nossos funcionários engloba uma parcela variável de participação nos nossos resultados, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos definidos pela nossa administração e aprovada anualmente para cada colaborador.

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre nosso resultado, a partir das nossas demonstrações financeiras

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Demonstração do Resultado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2018		2017		Variação
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	18x17 (%)
Receita líquida de vendas	111.567	100%	95.645	100%	16,65%
Custo dos produtos vendidos	(62.155)	-55,71%	(50.943)	-53,26%	22,01%
Lucro bruto	49.412	44,29%	44.702	46,73%	10,54%
Despesas administrativas	(25.604)	-22,95%	(19.428)	-20,31%	31,79%
Despesas comerciais	(13.741)	-12,32%	(11.976)	-12,52%	14,74%
Depreciação e amortização	(713)	-0,64%	(638)	-0,67%	11,76%
Resultado de equivalência patrimonial	187	0,17%	(3)	0%	6.333,33%
Outras receitas (despesas) operacionais	1.308	1,17%	438	0,45%	198,6%
Participações sobre o lucro	0	0%	0	0%	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	10.849	9,72%	13.101	13,70%	-17,19%
Despesas financeiras	(7.901)	-7,08%	(3.725)	-3,9%	112,11%
Receitas financeiras	3.725	3,34%	1.140	1,2%	226,75%
Resultado financeiro, líquido	(3.988)	-3,57%	(2.585)	-2,7%	54,27%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.681	5,99%	10.516	11,0%	-36,47%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.638)	-1,47%	(2.292)	-2,4%	-28,53%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	550	0,49%	(672)	-0,7%	-181,85%
Lucro antes das participações	5.773	5,17%	7.552	7,9%	-23,56%
Lucro do exercício	5.773	5,17%	7.552	7,9%	-23,56%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

¹ Em relação à receita líquida de vendas.

Receita líquida de vendas

Nossa receita líquida de vendas totalizou R\$111,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$15,9 milhões ou 16,6%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$95,6 milhões, em razão, principalmente, dos seguintes fatores: (i) retomada do Market share e (ii) aumento no volume de vendas.

Custos dos produtos vendidos

Nossos custos dos produtos vendidos totalizaram R\$62,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$11,2 milhões ou 22,0%, quando comparados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$50,9 milhões, em razão, principalmente, do maior volume de vendas registrado no período e maiores descontos nos preços de venda.

Despesas/receitas operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, nossas despesas operacionais totalizaram R\$38,6 milhões, representando um aumento de R\$7,0 milhões ou 22,0%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$31,6 milhões, conforme tabela abaixo.

Despesas Administrativas e Comerciais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2018		2017		Variação 18x17
	(R\$ mil)	(%)¹	(R\$ mil)	(%)¹	(%)
Despesas administrativas	(25.604)	-66,4%	(19.428)	-61,5%	31,79%
Despesas comerciais	(13.741)	-35,6%	(11.976)	-37,9%	14,74%
Depreciação e amortização	(713)	-1,85%	(638)	-2,0%	11,76%
Resultado de equivalência patrimonial	187	0,48%	3	0,0%	6.133,33%
Outras receitas (despesas) operacionais	1.308	3,39%	438	1,4%	198,63%
Participações sobre o lucro	0		0	0,0%	
Total	(38.563)	-100%	(31.601)	-100,0%	22,03%

¹ Em relação ao total.

O aumento das despesas administrativas e comerciais pode ser explicado, principalmente, pela operação nos Estados Unidos.

Resultado financeiro líquido

Resultado Financeiro	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2018		2017	Variação 18x17
	(R\$ mil)		(R\$ mil)	(%)
Despesas financeiras	(7.901)		(3.725)	112,11%
Receitas financeiras	3.725		1.140	226,75%
Resultado financeiro líquido	(3.988)		(2.585)	54,27%

O resultado financeiro representou um custo de R\$4,0 milhões em 2018, aumento de R\$1,4 milhão, ou 54,27% quando comparado com o exercício de 2017 quando o valor representou R\$2,6 milhão. Esse aumento pode ser explicado, principalmente, pela maior necessidade de captação para fazer frente às necessidades de aumento de capital de giro e resgate das ações de posse da acionista MNF Capital.

Imposto de renda e contribuição social – Correntes e diferidos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, nossos gastos com imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos totalizaram R\$1,1 milhões, representando uma redução de R\$1,876 mil ou 272,42%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$2,96 milhões.

Lucro Líquido do Exercício

Em razão dos fatores acima elencados, nosso lucro líquido totalizou de R\$5,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a um lucro de R\$7,6 milhões no mesmo período de 2017.

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Demonstração do Resultado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2017		2016		Variação
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	17x16 (%)
Receita líquida de vendas	95.645	100%	58.298	100,0%	64,1%
Custo dos produtos vendidos	(50.943)	-53,26%	(31.095)	-53,3%	63,8%
Lucro bruto	44.702	46,73%	27.203	46,7%	64,3%
Despesas administrativas	(19.428)	-20,31%	(11.162)	-19,1%	74,1%
Despesas comerciais	(11.976)	-12,52%	(7.053)	-12,1%	69,8%
Depreciação e amortização	(638)	-0,67%	(446)	-0,8%	43,0%
Resultado de equivalência patrimonial	(3)	0%	0	0,0%	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(438)	-0,45%	(279)	-0,5%	57,0%
Participações sobre o lucro	0	0%	0	0,0%	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	13.101	13,70%	8.263	14,2%	58,6%
Despesas financeiras	(3.725)	-3,9%	(2.939)	-5,0%	26,7%
Receitas financeiras	1.140	1,2%	1.155	2,0%	-1,3%
Resultado financeiro, líquido	(2.585)	-2,7%	(1.784)	-3,1%	44,9%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.516	11,0%	6.479	11,1%	62,3%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.292)	-2,4%	(1.600)	-2,7%	43,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(672)	-0,7%	(837)	-1,4%	-19,7%
Lucro antes das participações	7.552	7,9%	4.042	6,9%	86,8%
Lucro do exercício	7.552	7,9%	4.042	6,9%	26,7%

¹Em relação à receita líquida de vendas.

Receita líquida de vendas

Nossa receita líquida de vendas totalizou R\$95,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$37,35 milhões ou 64,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$58,3 milhões, em razão, principalmente, dos seguintes fatores: (i) incorporação societária da Prática Participações S.A. e (ii) aumento no volume de vendas.

Custos dos produtos vendidos

Nossos custos dos produtos vendidos totalizaram R\$50,94 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$19,85 milhões ou 63,8%, quando comparados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$31,09 milhões, em razão, principalmente, do maior volume de vendas registrado no período. Em termos percentuais o aumento registrado está em linha com o aumento da receita líquida do período que foi de 64,1%.

Despesas/receitas operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nossas despesas operacionais totalizaram R\$31,6 milhões, representando um aumento de R\$12,7 milhões ou 66,9%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizaram R\$18,9 milhões, conforme tabela abaixo.

Despesas Administrativas e Comerciais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2017		2016		Variação 17x16
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Despesas administrativas	(19.428)	61,5%	(11.162)	59,0%	74,1%
Despesas comerciais	(11.976)	37,9%	(7.053)	37,3%	69,8%
Depreciação e amortização	(638)	2,0%	(446)	2,4%	43,0%
Resultado de equivalência patrimonial	3	0,0%	0	0,0%	-
Outras receitas (despesas) operacionais	438	-1,4%	(279)	1,5%	-257,0%
Participações sobre o lucro	0	0,0%	0	0,0%	-
Total	(31.601)	100,0%	(18.940)	100,0%	66,9%

¹ Em relação ao total.

O aumento das despesas administrativas e comerciais pode ser explicado, principalmente, pela incorporação da Prática Participações S.A. ocorrida em 31 de dezembro de 2017.

Resultado financeiro líquido

Resultado Financeiro	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2017		2016	
	(R\$ mil)		(R\$ mil)	Variação 17x16 (%)
Despesas financeiras	(3.725)		(2.939)	26,74%
Receitas financeiras	1.140		1.155	-1,30%
Resultado financeiro líquido	(2.585)		(1.784)	44,90%

O resultado financeiro representou um custo de R\$2,6 milhões em 2017, aumento de R\$0,8 milhão, ou 44,9% quando comparado com o exercício de 2016 quando o valor representou R\$1,8 milhão. Esse aumento pode ser explicado, principalmente, pela incorporação da Prática Participações S.A. ocorrida em 31 de dezembro de 2017.

Imposto de renda e contribuição social – Correntes e diferidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nossos gastos com imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos totalizaram R\$2,96 milhões, representando um aumento de R\$527 mil ou 21,6%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizaram R\$2,44 milhões. O aumento de nossos gastos com imposto de renda e contribuição social, decorre, principalmente, do aumento do lucro tributável.

Lucro Líquido do Exercício

Em razão dos fatores acima elencados, nosso lucro líquido totalizou de R\$7,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a um lucro de R\$4,0 milhões no mesmo período de 2016.

Balancos patrimoniais

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balancos patrimoniais	Em 31 de dezembro de				
	2018	Análise Vertical	2017	Análise Vertical	Variação 18 x 17
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7.386	6,78%	4.118	4,4%	79,36%
Contas a receber de clientes	28.785	26,43%	26.083	28,0%	10,36%
Estoques	25.048	23,00%	16.547	17,8%	51,37%
Impostos a recuperar	1.021	0,94%	1.046	1,1%	-2,39%
Despesas antecipadas	830	0,76%	345	0,4%	140,58%
Dividendos a receber	96	0,09%	63	0,1%	52,38%
Outros créditos	1.880	1,73%	2.115	2,3%	-11,11%
Total do ativo circulante	65.046	59,72%	50.317	54,1%	29,27%
Não circulante					
Ativo fiscal diferido	2.861	2,63%	2.950	3,2%	-3,02%
Outros ativos não circulantes	159	0,15%	198	0,2%	-19,70%
Investimentos	415	0,38%	332	0,4%	25,00%
Imobilizado	28.551	26,21%	30.102	32,4%	-5,15%
Intangível	11.890	10,92%	9.143	9,8%	30,04%
Total do ativo não circulante	43.876	40,28%	42.725	45,9%	2,69%
Total do ativo	108.922	100,00%	93.042	100,0%	17,07%

¹ Em relação ao total do ativo.

Balancos patrimoniais	Em 31 de dezembro de				
	2018	Análise Vertical	2017	Análise Vertical	Variação 18 x 17
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Passivo Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13.765	12,64%	13.269	14,3%	3,74%
Fornecedores	11.943	10,96%	9.892	10,6%	20,73%
Obrigações tributárias	1.156	1,06%	1.594	1,7%	-27,48%
Impostos e contribuições a recolher	0	0,00%	470	0,5%	-100,00%
Salários e encargos sociais a pagar	2.443	2,24%	2.039	2,2%	19,81%
Receita antecipada	149	0,14%	878	0,9%	-83,03%
Adiantamentos de clientes	2.472	2,27%	2.867	3,1%	-13,78%
Dividendos a pagar	1.371	1,26%	1.794	1,9%	-23,58%
Provisões	1.903	1,75%	1.903	2,0%	0,00%
Outras obrigações	0	0,00%	1.882	2,0%	-100,00%
Total do passivo circulante	37.464	34,40%	36.588	39,3%	2,39%
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	28.293	25,98%	8.898	9,6%	217,97%
Provisão para contingência	952	0,87%	911	1,0%	4,50%
Passivo fiscal diferido	1.031	0,95%	1.046	1,1%	-1,43%
Não Circulante	30.276	27,80%	10.855	11,7%	178,91%
Patrimônio líquido					
Capital social	29.068	26,69%	29.068	31,2%	0,00%
Reservas de capital	(1.491)	-1,37%	(111)	-0,1%	1243,24%
Reserva de lucros	12.055	11,07%	14.628	15,7%	-17,59%
Ajuste de avaliação patrimonial	2.001	1,84%	2.031	2,2%	-1,48%
Ajuste acumulado de conversão	(451)	-0,41%	(17)	0,0%	2552,94%
Patrimônio líquido	41.182	37,81%	45.599	49,0%	-9,69%
Total do passivo e do patrimônio líquido	108.922	100,00%	93.042	100,0%	17,07%

¹ Em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de nosso caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$7,3 milhões, apresentando um aumento de R\$3,3 milhões ou 79,4%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$1,1 milhões. Entretanto, acreditamos que o valor de caixa no fechamento da nossa Companhia está dentro das nossas expectativas e do limite mínimo estipulado para operacionalizar a nossa Companhia.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a receber de clientes totalizou R\$28,8 milhões, apresentou aumento de R\$2,7 milhões ou 10,4%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$26,1 milhões. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento do número de vendas ocorrido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de nossos estoques totalizou R\$25,0 milhões, apresentando um aumento de R\$8,5 milhões ou 51,4%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$16,5 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento do estoque de material para revenda que apresentou um aumento no final do ano.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de nossos impostos a recuperar totalizou R\$1,0 milhão, sem alterações quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$1,0 milhão.

Ativo não circulante

Ativo fiscal diferido

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de nosso ativo fiscal diferido totalizou R\$2,9 milhões, sem alterações significativas quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$2,9 milhões. Esse ativo decorre do imposto diferido sobre prejuízos fiscais, e sobre diferenças temporárias registradas durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2018, os investimentos totalizaram R\$ 0,4 milhão, apresentando um aumento de R\$0,1 milhão, quando comparados ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2017, que era de R\$0,3 milhões. Essa variação decorre do resultado positivo da Embtech.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de nosso imobilizado totalizou R\$28,5 milhões, apresentando uma redução de R\$1,5 milhões ou 5,1%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizava R\$30,0 milhões. A redução é decorrente das amortizações ocorridas durante o ano de 2018.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de nosso intangível totalizou R\$11,9 milhões, apresentando um aumento de R\$1,2 milhões ou 30,0%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$9.143 milhão. Esse aumento decorreu de investimentos em pesquisa e desenvolvimento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de nossos empréstimos e financiamentos de curto prazo totalizaram R\$13,7 milhões, apresentando um aumento de R\$0,5 ou 3,74%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$13,3 milhões.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a receber de nossos fornecedores totalizou R\$11,9 milhões, apresentando um aumento de R\$2,0 milhão ou 20,73%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$9,89 milhões.

Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de impostos e contribuições a recolher totalizou R\$0,0 milhão, apresentando uma redução de R\$0,45 milhão quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$0,45 milhão.

Salários e encargos sociais a pagar

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de salário e encargos sociais a pagar totalizou R\$2,4 milhões, apresentando um aumento de R\$0,4 milhões ou 19,8%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$2,04 milhões. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento no quando de funcionário entre os dois períodos.

Receita antecipada

O saldo de receita antecipada representa as operações de venda para entrega futura. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de receita antecipada totalizou R\$0,15 milhão, apresentando uma redução de R\$0,73 milhão ou 83,0%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$0,88 milhão.

Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de adiantamentos de clientes totalizou R\$2,5 milhões, apresentando uma variação negativa de R\$0,4 milhão ou -13,78%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$ 2,87 milhões. Essa redução não representa mudança nas políticas da empresa.

Provisões

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de provisões totalizou R\$1,9 milhão, mesmo saldo quando comparado ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2017.

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para comissões	801	527
Provisões para garantias	582	483
Provisão para bônus	324	789
Provisões diversas	195	104
	1.902	1.903

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de nossos empréstimos e financiamentos de longo prazo totalizou R\$28,3 milhões, apresentando um aumento de R\$19,4 milhão ou 217,9%, quando comparado ao mesmo saldo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

verificado em 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$8,9 milhões. Essa aumento decorre, principalmente, de captações para aumento do capital de giro e resgate de ações antes pertencentes a acionista MNF Capital.

Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo registrado na conta de provisões para contingência totalizou R\$0,95 milhão, apresentando um aumento não significativo de R\$0,04 milhão ou 4,5%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$0,91.

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Processos Judiciais trabalhistas	466	369
Processos Judiciais tributários	346	431
Processos Judiciais cíveis	140	111
	952	911

Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social totalizou R\$29,1, sem variação quando comparado ao capital social registrado em 2017.

Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2018, nossa reserva lucros totalizou R\$12,05 milhões, apresentando uma redução de R\$2,57 milhões ou -17,59%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$14,63 milhões. Esse redução decorreu da utilização de parte da reserva para resgate das ações de posse da acionista MNF Capital ocorrida em 31 de agosto de 2018.

As demais contas do nosso passivo e patrimônio líquido não apresentaram saldos relevantes e/ou sofreram variações relevantes entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Balanços patrimoniais**

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Balanços patrimoniais	Em 31 de dezembro de				
	2017	Análise Vertical	2016	Análise Vertical	Variação 17 x 16
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.118	4,4%	6.465	8,5%	-36,3%
Contas a receber de clientes	26.083	28,0%	18.882	24,9%	38,1%
Estoques	16.547	17,8%	12.949	17,1%	27,8%
Impostos a recuperar	1.046	1,1%	637	0,8%	64,2%
Despesas antecipadas	345	0,4%	645	0,8%	-46,5%
Dividendos a receber	63	0,1%	0	0,0%	-
Outros créditos	2.115	2,3%	2.295	3,0%	-7,8%
Total do ativo circulante	50.317	54,1%	41.873	55,1%	20,2%
Não circulante					
Ativo fiscal diferido	2.950	3,2%	3.820	5,0%	-22,8%
Outros ativos não circulantes	198	0,2%	90	0,1%	120,0%
Investimentos	332	0,4%	0	0,0%	-
Imobilizado	30.102	32,4%	28.582	37,6%	5,3%
Intangível	9.143	9,8%	1.579	2,1%	479,0%
Total do ativo não circulante	42.725	45,9%	34.071	44,9%	25,4%
Total do ativo	93.042	100,0%	75.944	100,0%	22,5%

¹ Em relação ao total do ativo.

Balanços patrimoniais	Em 31 de dezembro de				
	2017	Análise Vertical	2016	Análise Vertical	Variação 17 x 16
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Passivo Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13.269	14,3%	8.872	11,7%	49,6%
Fornecedores	9.892	10,6%	8.420	11,1%	17,5%
Obrigações tributárias	1.594	1,7%	1.761	2,3%	-9,5%
Impostos e contribuições a recolher	470	0,5%	453	0,6%	3,8%
Salários e encargos sociais a pagar	2.039	2,2%	1.821	2,4%	12,0%
Receita antecipada	878	0,9%	507	0,7%	73,2%
Adiantamentos de clientes	2.867	3,1%	3.128	4,1%	-8,3%
Dividendos a pagar	1.794	1,9%	412	0,5%	335,4%
Provisões	1.903	2,0%	1.180	1,6%	61,3%
Outras obrigações	1.882	2,0%	1.260	1,7%	49,4%
Total do passivo circulante	36.588	39,3%	27.814	36,6%	31,5%
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	8.898	9,6%	9.962	13,1%	-10,7%
Provisão para contingência	911	1,0%	868	1,1%	5,0%
Passivo fiscal diferido	1.046	1,1%	1.062	1,4%	-1,5%
Não Circulante	10.855	11,7%	11.892	15,7%	-8,7%
Patrimônio líquido					
Capital social	29.068	31,2%	26.224	34,5%	10,8%
Reservas de capital	(111)	-0,1%	0	0,0%	-
Reserva de lucros	14.628	15,7%	7.953	10,5%	83,9%
Ajuste de avaliação patrimonial	2.031	2,2%	2.061	2,7%	-1,5%
Ajuste acumulado de conversão	(17)	0,0%	0		-
Patrimônio líquido	45.599	49,0%	36.238	47,7%	25,8%
Total do passivo e do patrimônio líquido	93.042	100,0%	75.944	100,0%	22,5%

¹ Em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de nosso caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$4,1 milhões, apresentando uma queda de R\$2,35 milhões ou 36,3%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$6,47 milhões. Entretanto, acreditamos que o valor de caixa no fechamento da nossa Companhia está dentro das nossas expectativas e do limite mínimo estipulado para operacionalizar a nossa Companhia.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de contas a receber de clientes totalizou R\$26,1 milhões, apresentou aumento de R\$7,2 milhões ou 38,1%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$18,8 milhões. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento do número de vendas ocorrido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de nossos estoques totalizou R\$16,5 milhões, apresentando um aumento de R\$3,6 milhões ou 27,8%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$12,9 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento do estoque de material para revenda que apresentou um aumento no final do ano.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de nossos impostos a recuperar totalizou R\$1,0 milhão, apresentando um aumento de R\$0,41 milhões ou 64,2%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$0,6 milhão. Essa variação é decorrente do maior volume de compras ocorrido.

Ativo não circulante

Ativo fiscal diferido

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de nosso ativo fiscal diferido totalizou R\$2,9 milhões, apresentando uma redução de R\$0,87 milhões ou 22,8%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$3,8 milhões. Esse ativo decorre do imposto diferido sobre prejuízos fiscais, e sobre diferenças temporárias registradas durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017. A redução decorre, principalmente, do aproveitamento do imposto diferido pelos lucros obtidos em 2017.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2017, os investimentos totalizaram R\$ 0,3 milhão, apresentando um aumento de R\$0,3 milhão, quando comparados ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, que era de R\$0,0 milhões. Essa variação decorre da incorporação da Prática Participações S.A. ocorrida em 31 de dezembro de 2017.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de nosso imobilizado totalizou R\$30,1 milhões, apresentando um aumento de R\$1,5 milhões ou 5,3%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizava R\$28,6 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Consolidado						
	31/12/2016	Incorporação Prática Par S.A.	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2017
Custo						
Terrenos	3.975	-	-	-	-	3.975
Imóveis/Construção	13.638	-	-	-	206	13.844
Móveis e utensílios	506	17	10	-	-	533
Computadores e periféricos	82	-	-	-	-	82
Equipamentos para telefonia	1.027	-	122	(3)	-	1.146
Ferramentas	1.233	-	139	(2)	-	1.370
Máquinas e equipamentos	19.646	3.904	240	(225)	-	23.565
Veículos	76	-	100	-	-	176
Fornos Industriais	312	-	-	-	-	312
	41.371	3.921	706	(230)	206	45.974
Imobilizações em andamento	206	-	102	-	(206)	120
Construções em andamento	206	-	102	-	(206)	120
Depreciação						
Imóveis/Construção	2.546	-	(475)	-	-	3.021
Móveis e utensílios	291	-	(45)	-	-	336
Utensílios diversos	62	-	(3)	-	-	65
Computadores e periféricos	776	-	(98)	-	-	874
Instalações	339	-	(79)	-	-	418
Equipamentos para telefonia	29	-	(6)	-	-	35
Ferramentas	511	-	(123)	-	-	634
Máquinas e equipamentos	8.137	871	(1.410)	143	-	10.275
Veículos	34	-	(15)	-	-	49
Fornos industriais	270	-	(16)	-	-	286
	12.995	871	2.269	143	-	15.992
Total	28.582	3.050	1.443	87	-	30.102

Intangível

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de nosso intangível totalizou R\$9,2 milhões, apresentando um aumento de R\$7,6 milhões ou 479%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$1,6 milhão. Esse aumento decorreu da incorporação da Prática Participações em 31 de dezembro de 2017.

Consolidado						
	31/12/2016	Incorporação Prática Par S.A.	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2017
Custo						
Softwares	1.213	-	83	-	-	1.296
Marcas e patentes	373	-	-	-	-	373
Desenvolvimento de produtos	673	-	997	-	-	1.670
Concessionárias	593	-	-	-	-	593
Ágio	-	(10.251)	-	-	-	10.251
IR diferido sobre ágio	-	(3.375)	-	-	-	(3.375)
Amortização software	(693)	-	(175)	-	-	(686)
Amortização concessionárias	(580)	-	(13)	-	-	(593)
Amortização desenvolvimento de produtos	-	-	(204)	-	-	(204)
	1.579	6.876	688	-	-	9.143

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de nossos empréstimos e financiamentos de curto prazo totalizaram R\$13,3 milhões, apresentando um aumento de R\$4,4 ou 49,6%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$8,9 milhões. Esse aumento decorre, principalmente, do maior caixa utilizado no financiamento de clientes e aumento do estoque.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a receber de nossos fornecedores totalizou R\$9,9 milhões, apresentando um aumento de R\$1,5 milhão ou 17,5%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$8,4 milhões.

Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de impostos e contribuições a recolher totalizou R\$0,47 milhão, apresentando uma redução de R\$0,02 milhão ou 3,8%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$0,45 milhão.

Salários e encargos sociais a pagar

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de salário e encargos sociais a pagar totalizou R\$2,0 milhões, apresentando um aumento de R\$0,2 milhões ou 11,1%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$1,8 milhão. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento no quando de funcionário entre os dois períodos.

Receita antecipada

O saldo de receita antecipada representa as operações de venda para entrega futura. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de receita antecipada totalizou R\$0,9 milhão, apresentando um aumento de R\$0,4 milhão ou 73,2%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$0,5 milhão.

Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de adiantamentos de clientes totalizou R\$2,9 milhões, apresentando uma variação negativa de R\$0,26 milhão ou 8,3%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$ 3,1 milhões. Essa redução não representa mudança nas políticas da empresa.

Provisões

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de provisões totalizou R\$1,9 milhão, apresentando um aumento de R\$0,7 milhão ou 61,3%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$1,2 milhão.

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para comissões	527	430
Provisões para garantias	483	428
Provisão para bônus	789	322
Provisões diversas	104	-
	1.903	1.180

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de nossos empréstimos e financiamentos de longo prazo totalizou R\$8,9 milhões, apresentando uma redução de R\$1,1 milhão ou 10,7%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, que totalizou R\$10,0 milhões. Essa redução decorre, principalmente, da transferência de financiamentos de longo prazo para curto prazo.

Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo registrado na conta de provisões para contingência totalizou R\$0,91 milhão, apresentando um aumento não significativo de R\$0,04 milhão ou 5%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$0,87.

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Processos Judiciais trabalhistas	369	510
Processos Judiciais tributários	431	-
Processos Judiciais cíveis	111	358
	911	868

Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social totalizou R\$29,1, apresentando uma variação positiva de R\$2,8 milhões ou 10,8%, quando comparado ao capital social registrado em 2016, que totalizou R\$26,2 milhões. O aumento do capital decorre da incorporação da Prática Participações S.A. ocorrida em 31 de dezembro de 2017.

Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2017, a reserva de capital totalizou um saldo negativo de R\$0,1 milhão, apresentando uma variação negativa R\$0,1 milhão, quando comparado ao saldo zerado verificado em 31 de dezembro de 2016. O saldo negativo é decorrente da incorporação da Prática Participações S.A. ocorrida em 31 de dezembro de 2017 e da provisão do imposto diferido sobre o ágio.

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Reserva de Capital	-	3.263
Reserva especial de ágio	-	(3.374)
	-	(111)

Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2017, nossa reserva lucros totalizou R\$14,5 milhões, apresentando um aumento de R\$6,6 milhões ou 83,9%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$7,9 milhões. Esse aumento decorreu dos resultados positivos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Demonstrações de fluxo de caixa**Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017*

Demonstrações de fluxo de caixa	Em 31 de dezembro de		
	2018	2017	Variação 18 x 17
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.118	6.465	-36,30%
Caixa inicial de controladas adquiridas	0	138	-
Caixa líquido - atividades operacionais	1.754	5.167	-66,05%
Caixa líquido - atividades de investimento	(12.623)	(1.906)	562,28%
Caixa líquido - atividades de financiamento	14.137	(5.746)	346,03%
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	7.386	4.118	79,36%

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo gerado de R\$1,75 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$5,16 milhões no mesmo período de 2017. Essa redução na geração de caixa operacional foi decorrente do maior uso de capital de giro nas operações, sobretudo no aumento dos estoques e contas a receber.

No exercício de 2018 foram feitos pequenos investimentos na área industrial com a aquisição de máquinas de baixo valor para suprir necessidades do processo e em pesquisa e desenvolvimento. O investimento de maior monta realizado foi o resgate de ações da MNF Capital no montante de R\$8.400 mil ocorrido em 31 de agosto de 2018.

O fluxo de caixa das nossas atividades de financiamento apresentou uma geração de R\$ 14,13 milhões em 2018. Isso ocorreu devido a captação empréstimos bancários.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Demonstrações de fluxo de caixa	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	Variação 17 x 16
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.465	200	3.132,4%
Caixa inicial de controladas adquiridas	138	8.331	-98,3
Caixa líquido - atividades operacionais	5.167	9.916	-47,9%
Caixa líquido - atividades de investimento	(1.906)	(110)	-229%
Caixa líquido - atividades de financiamento	(5.746)	(11.872)	-52%
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	4.118	6.465	-36,3%

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo gerado de R\$5,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$9,9 milhões no mesmo período de 2016. Essa redução na geração de caixa operacional foi decorrente do maior uso de capital de giro nas operações, sobretudo no aumento dos estoques e contas a receber.

No exercício de 2017 foram feitos pequenos investimentos na área industrial com a aquisição de máquinas de baixo valor para suprir necessidades do processo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O fluxo de caixa das nossas atividades de financiamento apresentou um consumo de R\$ 5,7 milhões em 2017. Isso ocorreu devido a amortização de empréstimos bancários e menor captação de financiamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita é basicamente composta pela venda dos produtos que produzimos. Dessa forma, as variações em nossa receita estão intrinsicamente relacionadas a variação no volume de itens vendidos e na variação do preço médio de venda destes itens.

Nos últimos três exercícios sociais nossas receitas tiveram um aumento de 24,15% (CAGR) decorrente pelo aumento de participação no mercado e incorporações ocorridas no período. Considerando as operações consolidadas o crescimento médio no período foi de 10,77% (CAGR).

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado da Companhia é afetado pela realização da receita de vendas prevista no orçamento anual. No ano de 2018, mesmo com resultados de venda superior ao exercício anterior o resultado de lucro líquido foi menor pois a Companhia estava estruturada para um volume de faturamento superior.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

i. Efeito das variações de preços e volumes em nossas receitas

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, nossa receita líquida de vendas foi de, respectivamente R\$ 58,3 milhões, 95,6 milhões e R\$111,6 milhões. Considerando as receitas consolidadas do grupo nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, nossa receita líquida foi de, respectivamente R\$ 82,1 milhões, R\$ 95,6 milhões e R\$ 111,6 representando uma queda média ponderada anual de 10,77%. Nos mesmos exercícios, o volume de itens vendidos foi de, respectivamente, 8.307 (considerando Prática Technicook e Prática Technipan e Klimaquip), 8.156 (considerando Prática Technicook e Prática Technipan e Klimaquip) e 8.866 (considerando Prática Technicook e Prática Technipan e Klimaquip) representando uma queda média ponderada anual de 2,19%.

ii. Efeito da variação da taxa de câmbio em nossas receitas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, R\$10,0 milhões, ou 9,0% de nossas receitas foram decorrentes de exportações, contra R\$5,3 milhões, ou cerca de 5,6% em 31 de dezembro de 2017. Essa receita é auferida em dólar – norte americano e, posteriormente, convertida para o Real. Por esta razão, a desvalorização do dólar norte-americano proporciona uma redução de nossas receitas em real.

iii. Efeito da inflação em nossas receitas

Nossa receita não é diretamente afeta pela inflação. Não obstante, a precificação de nossos produtos leva em conta a matriz de custo de produção, composta, dentre outros fatores, pelos gastos com matérias primas, insumos e mão de obra, acrescida de uma margem de contribuição estabelecida pela nossa administração. Na medida em que a inflação afete o preço das matérias primas e insumos que utilizamos ou gere reflexos no custo da nossa mão de obra em razão de reajustes salariais lastreados em índices inflacionários, o preço de nossos produtos poderá sofrer um aumento. Não obstante, diante do cenário de competição dos mercados nos quais estamos inseridos, não podemos garantir que seremos capazes de repassar o aumento dos custos originados da inflação aos nossos clientes finais.

iv. Introdução de novos produtos e serviços

Estamos constantemente investindo em pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de aprimorar os produtos de nosso portfólio, bem como de desenvolver novos produtos.

Em 2018, incorporamos no portfólio de produtos o modelo ECK500 e Rocket Express.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

c. **Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

i. *Inflação*

A inflação pode impactar indiretamente os custos de nossos produtos, assim como nossas despesas operacionais e o aumento da inflação poderá impactar negativamente nosso resultado operacional caso não sejamos capazes de repassar esses aumentos de gastos aos nossos clientes finais por meio do aumento dos preços de nossos produtos. Adicionalmente, o aumento da inflação pode levar a uma depreciação do cenário macroeconômico, reduzindo investimentos e prejudicando novos negócios. A depreciação do cenário macroeconômico pode afetar adversamente nosso resultado operacional.

ii. *Variação preços de insumos e produtos*

A variação de preços de nossos insumos poderá impactar negativamente nossos resultados operacionais na medida em que não sejamos capazes de repassar os aumentos de custos ao nosso cliente final por meio do aumento dos preços dos produtos que comercializamos. Para tanto, nossa administração acompanha constantemente nossa margem bruta, de forma a avaliar a eficiência das premissas e metodologias adotadas na precificação de nossos produtos. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 nossa margem bruta foi de, respectivamente 46,66%, 46,74% e 44,28%.

iii. *Variação cambial*

O impacto negativo da desvalorização do dólar norte-americano em nossas receitas, conforme descrito acima, é compensado na redução custo de matérias-primas cujo preço encontra-se vinculado à cotação da moeda. É o caso do aço inoxidável e componentes eletrônicos, que são os principais componentes do custo e tem preços atrelados ao dólar.

Não obstante, uma vez que também obtemos receitas em dólar em razão de nossas exportações, gozamos de um hedge natural, de forma que nosso resultado operacional não é afetado de forma relevante pela variação cambial.

iv. *Variação de taxa de juros*

O aumento da taxa básica de juros não afeta de forma relevante o nosso relatório financeiro, pois nossos principais financiamentos são com taxa pré-fixada.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das nossas atividades para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 ou no exercício social corrente.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2014, constituímos Pratica Products INC, que tem o objetivo de atuar na distribuição de nossos produtos no mercado Norte Americano. Em 2018, as operações da sociedade não tiveram efeitos significativos nos resultados da companhia.

(c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 ou no exercício social corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- (a) mudanças significativas nas práticas contábeis; e**
(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, no entanto, a sua aplicação em 2014 não trouxe impactos materiais em nossas demonstrações financeiras. As principais alterações são as seguintes:

- a) IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) - Entidades de Investimento;
- b) IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos;
- c) IAS 36/CPC 01 (R1) - Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros;
- d) IAS 39 - Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge; e
- e) IFRIC 21 – Tributos.

Algumas normas, emendas e interpretações do IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, e que pela nossa análise não são esperados impactos materiais nas demonstrações financeiras, são elas:

- a) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. Vigência em 01 de janeiro de 2018;
- b) IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou joint venture - requer reconhecimento no resultado nas demonstrações financeiras do investidor da venda ou contribuição que constitua um negócio (IFRS 3), e reconhecimento parcial no resultado na extensão que não constitui um negócio. Vigência em 01 de janeiro de 2016;
- c) IFRS 15 – Receita de contrato com clientes – exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. Vigência em 01 de janeiro de 2017;
- d) IFRS 11 – Contabilização da aquisição de participação em participações conjuntas - requer de um adquirente de operação conjunta cuja operação constitua um negócio (IFRS 3) a aplicar todo o conceito de combinação de negócios, exceto pelos conceitos em conflito com IFRS 11. Vigência em 01 de janeiro de 2016.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Demonstrações financeira consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

O relatório dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não possui ressalvas.

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

O relatório dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 não possui ressalvas.

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

O relatório dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 não possui ressalvas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Informamos que a preparação de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as IFRSs (desde 31 de dezembro de 2017), requer julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo que as revisões realizadas e reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. Consideramos que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam, de forma adequada, a nossa posição financeira e o resultado de nossas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das nossas atividades.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o nosso ciclo normal), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Certos bens do ativo imobilizado da controlada Prática Klimaquip Indústria e Comércio S.A., compreendidos por terrenos e edificações, foram avaliados pelo custo atribuído na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido. Os efeitos foram refletidos no nosso balanço de forma reflexa na rubrica de Investimentos à contrapartida do patrimônio líquido. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos por nós. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A média das vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:	
Imóveis / construção	25 anos
Maquinas e equipamentos	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Utensílios diversos	10 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas industriais	15 anos
Equipamentos p/ telefonia	5 anos
Fornos industriais	-

Em 2013 foi contratada empresa independente e especializada que avaliou o prazo de vida útil dos bens.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis): um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados futuros descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos nossos ativos não financeiros, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.5 – Políticas contábeis críticas

Informamos que a preparação de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as IFRSs (desde 31 de dezembro de 2017), requer julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo que as revisões realizadas e reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. Consideramos que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam, de forma adequada, a nossa posição financeira e o resultado de nossas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das nossas atividades.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o nosso ciclo normal), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Certos bens do ativo imobilizado da controlada Prática Klimaquip Indústria e Comércio S.A., compreendidos por terrenos e edificações, foram avaliados pelo custo atribuído na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido. Os efeitos foram refletidos no nosso balanço de forma reflexa na rubrica de Investimentos à contrapartida do patrimônio líquido. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos por nós. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A média das vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:	
Imóveis / construção	25 anos
Maquinas e equipamentos	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Utensílios diversos	10 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas industriais	15 anos
Equipamentos p/ telefonia	5 anos
Fornos industriais	-

Em 2013 foi contratada empresa independente e especializada que avaliou o prazo de vida útil dos bens.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis): um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados futuros descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos nossos ativos não financeiros, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.5 – Políticas contábeis críticas

Informamos que a preparação de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as IFRSs (desde 31 de dezembro de 2017), requer julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo que as revisões realizadas e reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. Consideramos que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam, de forma adequada, a nossa posição financeira e o resultado de nossas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das nossas atividades.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o nosso ciclo normal), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Certos bens do ativo imobilizado da controlada Prática Klimaquip Indústria e Comércio S.A., compreendidos por terrenos e edificações, foram avaliados pelo custo atribuído na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido. Os efeitos foram refletidos no nosso balanço de forma reflexa na rubrica de Investimentos à contrapartida do patrimônio líquido. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos por nós. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A média das vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:	
Imóveis / construção	25 anos
Maquinas e equipamentos	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Utensílios diversos	10 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas industriais	15 anos
Equipamentos p/ telefonia	5 anos
Fornos industriais	-

Em 2013 foi contratada empresa independente e especializada que avaliou o prazo de vida útil dos bens.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis): um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados futuros descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos nossos ativos não financeiros, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não aplicável. Visto que não hão itens relevantes não identificados nas DF's

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não aplicável. Visto que não hão itens relevantes não identificados nas DF's